



TST reconhece negociação coletiva para manter direitos dos empregados

Greve foi julgada legal, mas Caixa voltou atrás nos avanços negociados anteriormente

A Campanha 2026 específica dos empregados e das empregadas da Caixa Econômica Federal foi encerrada no dia 29 de setembro, com o julgamento do Dissídio Coletivo impetrado junto ao TST (Tribunal Superior do Trabalho), devido ao impasse nas negociações. A SDC (Seção Especializada em Dissídios Coletivos) do TST decidiu que a greve não foi abusiva, mas determinou seu encerramento e o retorno ao trabalho no dia 30 e com uma sentença normativa definiu pela manutenção de todos os direitos previstos no ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) anterior, assim como os avanços conseguidos pela categoria na mesa geral de negociações com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

Com isso, o Tribunal não levou em conta as propostas apresentadas pelo banco no decorrer das tratativas com a CEE (Comissão Executiva dos Empregados), focando tão somente o que a direção juntou ao Dissídio, deixando de atender reivindicações por mudanças, principalmente, no Saúde Caixa, como o aumento do teto de custeio e a cobertura dos déficits do plano.

O diretor do Sindicato de Londrina e integrante do Comando Nacional dos Bancários, Felipe Pacheco, recorda que o movimento alertou aos empregados e empregadas da Caixa sobre os riscos



de judicializar os debates a respeito do ACT. "Infelizmente, colegas dos grandes centros não concordaram com os avanços conseguidos durante as rodadas de negociações e levaram a greve em frente. Embora essa mobilização tenha sido justa, sabemos que o diálogo é sempre o caminho mais viável, basta ver as diversas conquistas que tivemos ao longo dos anos", aponta.

Felipe acredita que agora novos avanços dependerão das negociações específicas que serão realizadas entre a CEE e a Caixa. "Temos agora um longo caminho pela frente para celebrar um novo ACT na Campanha de 2028 e, para isso, contamos com o apoio dos colegas da Caixa".

Principais conquistas

- O TST manteve as conquistas históricas negociadas nas últimas Campanhas.
- Reajuste de 100% do INPC, mais 0,60% de aumento real, a ser aplicado em setembro de 2026 e em setembro de 2027, conforme definido na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).
- Manutenção da data-base.
- Compensação dos dias de greve.



Funcionários defendem papel do banco público para o país

Funcionários e funcionários do Banco do Brasil que integram a CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil) divulgaram na semana passada uma Carta Aberta à População brasileira defendendo o caráter público da principal instituição financeira do país e destacando a sua presença no território nacional, bem como seu papel social.

A intenção é alertar a população brasileira para o risco de sua privatização, conforme constam de propostas apresentadas pelos candidatos à Presidência da República, em especial Flávio Bolsonaro, que agora disputa do segundo turno das eleições deste ano com o presidente Lula. A ex-presidenta da Caixa Econômica Federal e uma das coordenadoras da campanha de Flávio, Daniela Marques, incluiu o BB na lista das estatais que podem ser privatizadas caso o candidato seja eleito, seguindo a cartilha neoliberal, que prega o Estado mínimo e a tal da eficiência.

Para o presidente do Sindicato de Londrina, Laurito Porto de Lira Filho, o Banco do Brasil é uma das estatais mais estratégicas do

país, pois atua com políticas voltadas para o desenvolvimento, com financiamento para a agricultura, apoio aos pequenos negócios e está presente em centenas de municípios de menor porte. "O BB tem mais de dois séculos de história a serviço do Brasil, com uma atuação voltada para diversos públicos, diferente dos bancos privados, que estão interessados somente em ampliar seus lucros e satisfazer os acionistas. É um banco voltado para o país e os brasileiros", ressalta.

Leia a Carta aberta da CEBB acessando o QR Code.



Banco anuncia adiantamento da 13ª Cesta-alimentação

Atendendo solicitação da COE (Comissão de Organização dos Empregados), o Bradesco vai antecipar para o dia 28 de outubro o pagamento da 13ª Cesta-alimentação das bancárias e dos bancários. A medida garante que o crédito seja disponibilizado antes do prazo originalmente previsto, contribuindo para o planejamento financeiro das trabalhadoras e dos trabalhadores.

"A antecipação foi reivindicada ao banco para que os funcionários e funcionárias possam equilibrar o orçamento familiar diante dessa alta de preços", explica o presidente do Sindicato de Arapoti, Alex Almeida.

Segundo Alex, a expectativa agora é para o início das negociações sobre a pauta de reivindicações específicas, que foi entregue ao Bradesco no mês de julho. "O banco assumiu o compromisso junto ao movimento sindical de iniciar os debates assim que fosse encerrada a Campanha Nacional 2026. Agora vamos cobrar para que sejam iniciadas as negociações e que o Bradesco também apresente avanços para realmente valorizar o esforço dos bancários e bancárias para atingir as metas", cobra.



COE negocia com banco propostas da PLR e da PCR

O Banco Mercantil apresentou à COE (Comissão de Organização dos Empregados), no dia 16 de setembro, uma proposta de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) própria. Já a representação dos funcionários entregou ao banco sua proposta de PCR (Programa Complementar de Remuneração), que busca garantir o pagamento de valor adicional à PLR.

Ambas as propostas foram objeto de discussão em reunião realizada no dia 24 de setembro. A COE considerou elevado o aumento da meta de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,4 bilhão definido pelo Mercantil para este ano.

Outro ponto que na avaliação da COE precisa ser reavaliado é a regra para o pagamento proporcional da PLR às funcionárias e aos funcionários desligados. Anteriormente, os desligados tinham direito ao pagamento proporcional, só que na proposta atual o Mercantil mantém a previsão de pagamento proporcional, mas condiciona a regra à avaliação da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

FINANCIÁRIOS

Comissão Nacional conquista avanços na proposta para renovar a CCT

A Comissão Nacional dos Financiários, coordenada pela Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), conseguiu romper com as barreiras impostas pela Fenacrefi (Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento) nas negociações da Campanha Nacional 2026 e conquistou importantes avanços na proposta para renovar a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) da categoria.

A representação patronal havia apresentado no dia 29 de setembro uma proposta distante da pauta de reivindicações,

devidamente rejeitada na reunião realizada no dia seguinte (30), em São Paulo. Após um longo dia de debates, a Comissão dos Financiários chegou a um consenso com a Fenacrefi, fechando uma proposta com a reposição integral do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mais um adicional de 0,25% nos salários e demais benefícios.

Também foram garantidos avanços em relação ao teletrabalho, a criação de comissões paritárias para tratar da implementação da NR-1, direito à desconexão e em medidas para conter o endividamento dos trabalhadores do setor, entre outros pontos.



Paralisação na agência 0109 denunciou práticas antissindicares no Itaú



Londrina: banco julga improcedente denúncia contra diretor do Sindicato

Pressionado pela paralisação feita pelo Sindicato de Londrina no dia 24 de setembro na agência 0109, o Ombudsman do Itaú deu seu parecer a respeito da denúncia apresentada contra um diretor da entidade. O Ombudsman do banco concluiu que é improcedente a denúncia e que não foi constatada nenhuma irregularidade ou conduta inadequada por parte do bancário no exercício de suas funções na agência.

A denúncia acusava o trabalhador de fazer "militância política" no local de trabalho pelo simples fato de trajar uma vestimenta com a logomarca da Fetec-CUT/PR (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná).

O presidente do Sindicato de Londrina, Laurito Porto Lira Filho, afirma que essa decisão restabelece a justiça, mas deixa alertas importantes para o cotidiano bancário. "A decisão do Ombudsman apenas confirma o que viemos sustentando desde o início: a atuação do nosso diretor sempre

foi pautada pelo respeito, pela ética e pelo estrito cumprimento das suas atribuições. Tratar o uso de uma camiseta da nossa Federação como 'militância partidária' revela um desconhecimento preocupante sobre o papel das entidades de classe ou, pior, uma tentativa de intimidar a organização dos trabalhadores no local de trabalho. Sindicato não é partido político. A decisão arquiva o processo, mas a nossa vigilância contra qualquer ato antissindical continuará firme em toda a base", destaca.

Segundo ele, a tentativa de associar a imagem da Federação e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) a partidos políticos é desprovida de embasamento legal. Laurito lembra que práticas de questionar a identificação dos trabalhadores com suas entidades de classe configuram ingerência indevida, ferindo a liberdade e a autonomia sindical garantidas pelo Artigo 8º da Constituição Federal e pela Convenção 98 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).



COE cobra avanços nas negociações do ACT específico

Durante reunião realizada no dia 22 de setembro, em São Paulo, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) retomou as negociações específicas com Santander para renovar o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho). Apesar de o banco ter apresentado respostas sobre alguns pontos da pauta de reivindicações, integrantes da COE se sentiram frustrados com a falta de avanços.

Os principais assuntos discutidos foram relacionados a problemas no plano de saúde, à cobrança da coparticipação de dependentes com deficiência e à falta de valorização no PPRS (Programa Próprio de Resultados do Santander). A COE também reivindicou para que não haja redutor relacionado ao NPS (Net Promoter Score), indicador utilizado pelo banco para avaliar a satisfação dos clientes.

Na avaliação do diretor do Sindicato de Apucarana, Agnaldo Gonçalves, bancários e bancárias esperam que o banco apresente avanços de fato nas negociações específicas deste ano. "Queremos valorização e a solução para problemas recorrentes que afetam o dia a dia dos funcionários, já desgastados com a sobrecarga de trabalho nas agências e a cobrança de metas cada vez mais altas", ressalta.

Retomadas negociações sobre o ACT específico

Integrantes da COE (Comissão de Organização dos Empregados) se reuniram no dia 29 de setembro com a direção do Itaú, em São Paulo, para dar continuidade às negociações da pauta de reivindicações específica entregue em 1º de julho. Na pauta estavam discussões sobre o fechamento de agências e a realocação de trabalhadores, a reestruturação do Segmento Empresas, a cobrança de metas, o plano de saúde, as certificações ANBIMA, a Fundação Itaú/

Franprev e a renovação do Acordo Macro.

Em relação ao fechamento de agências, o banco informou que atualmente 11 trabalhadores estão incluídos no Programa de Requalificação e Indenização previsto na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) 2026/2028. A COE reivindicou a ampliação do programa para todo o Varejo e também para as Agências Digitais. A próxima rodada de negociação está agendada para o dia 7 de outubro.

**SIN
DICALI
ZE-SE!**

LONDRINA

Confira prazo para fazer oposição à Contribuição Negocial

A Diretoria do Sindicato dos Bancários de Londrina informa aos empregados e às empregadas da Caixa Econômica Federal de sua base territorial as regras e prazo para exercer o direito de oposição ao desconto da Contribuição Negocial.

Esta é uma taxa decorrente da sentença do Dissídio Coletivo julgado pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), que determinou a renovação do ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) específico.

Veja detalhes sobre as regras de oposição ao desconto no Edital abaixo:



Sindicato dos Bancários de Londrina e Região CUT

Aos empregados e empregadas da Caixa Econômica Federal, da base de representação do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região:

Regras da Contribuição Negocial

Edital nº 22/2026

Os empregados e empregadas, filiados ou não ao Sindicato dos Bancários de Londrina, da Caixa Econômica Federal que desejarem manifestar oposição ao desconto da **contribuição negocial** (ou contribuição assistencial) instituída em decorrência da sentença normativa do Dissídio Coletivo de 29/09/2026, devem seguir as regras, prazos e formatos específicos estipulados pelas entidades representativas.

No Sindicato dos Bancários de Londrina e Região valerá a seguinte regra:

- O prazo oficial para a manifestação de oposição ocorrerá de 05/10/2026 a 07/10/2026, das 08 horas às 18 horas, e **dia 08/10/2026, das 08 horas às 16 horas.**
- Obrigatório o comparecimento presencial do empregado/empregada, portando um documento oficial com foto, no balcão da Secretaria do Sindicato dos Bancários de Londrina, sito à Av. Rio de Janeiro, 854 - Centro, Londrina - PR, 86010-150, **com o requerimento de oposição ao desconto devidamente preenchido em 2(duas) vias.**

Atenciosamente.

Laurito Porto de Lira Filho – Presidente.

Londrina-Pr, 02 de outubro de 2026.

PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Abertas inscrições para o Curso gratuito do Sindicato do ABC

Atenção, bancários que estão prestes a serem pais: o Sindicato do ABC está com inscrições abertas para o Curso de Paternidade Responsável – Encarando a paternidade além dos cuidados básicos, que será realizado entre os dias 26 e 29 de outubro, de forma on line. Como os Sindicatos do Vida Bancária (Apucarana, Arapoti, Cornélio Procopio e Londrina) têm parceria com a entidade, bancários dessas bases podem se inscrever gratuitamente. Não filiados pagam R\$ 150,00.

As inscrições devem ser feitas pelo link <https://bit.ly/4AGu7SC>

As aulas acontecerão de segunda a quinta-feira das 19h às 21h. Fique atento, porque o recebimento do Certificado é condicionado a um mínimo de 80% de participação!

O presidente do Sindicato de Cornélio Procopio, Johni Oliveira Müller, lembra que este Curso é exigido para que os bancários pais que pretendem usufruir o direito à Licença-paternidade de 20 dias. "O banco vai exigir a apresentação do Certificado para os bancários pais que requererem a Licença ampliada. Isso está previsto na legislação, então é necessário fazer o Curso e receber o preparo adequado para auxiliar no cuidado do seu filho nos primeiros dias de vida dele", observa Johni.

Os futuros papais devem ficar atentos para essa exigência e aproveitar ao máximo as dicas do Curso de Paternidade Responsável e assim auxiliar sua esposa ou companheira a cuidar do bebê nos primeiros dias de nascimento, um momento muito importante e delicado da vida", observa.

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (11) 4993-8299 ou (11) 96486-0093 (WhatsApp).

Saiba Mais

Leia mais informações no endereço www.vidabancaria.com.br

Fique sócio do Sindicato. Sindicalize-se!

EXPEDIENTE

VIDA BANCARIA



Distribuição gratuita. Permitida a reprodução; favor citar a fonte. Contato: Av. Rio de Janeiro, 854 - Londrina - PR. CEP: 86010-150. Fone: (43) 3372-8787. Diretores responsáveis: Danielle Ruza (Londrina: 3372-8787-seeblid@sercomtel.com.br), Agnaldo Gonçalves (Apucarana: 3422-5533-seeapucarana@gmail.com), Alex Almeida (Arapoti: 3557-1516-seebarapoti@gmail.com) e Johni Oliveira Müller (Cornélio: 3524-2120-seebcornelio@bancarioscornelio.com.br).

Jornalista editor-responsável: Armando Duarte Jr. (2.495/PR). Revisão: Danielle Ruza e Josué Rodrigues. Impressão: Grafipress. Tiragem: 3.080 exemplares.

